

## **A Casa Vazia de Herbert Quain: Um Estudo Sobre Metalinguagem<sup>1</sup>**

André Corrêa da Silva de ARAUJO<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### **Resumo**

O presente artigo discute as dimensões do conceito de metalinguagem se aplicado aos domínios da literatura. Tendo como objeto textos de Rimbaud, T.S. Eliot e especialmente Jorge Luis Borges, a discussão acerca das diferentes formas de auto-reflexividade da linguagem literária se apóia em uma matriz semiótica, tendo em vista estabelecer a possibilidade de uma formalização operacional do conceito de metalinguagem e sua relação com a linguagem-objeto. Assim, realiza-se um resgate da concepção de tradicional de metalinguagem, elaborada pela lógica, para debater suas diferentes configurações enquanto dimensão metodológica na produção do conhecimento, seu caráter processual como operação semiótica, e também os limites e potências de sua utilização, tanto como conceito quanto como ato de linguagem.

**Palavras-chave:** metalinguagem; metassemiótica; literatura; comunicação.

Em 1955, Jorge Luis Borges lança seu livro de estréia, *Ficciones*. Em um dos textos deste livro, o escritor argentino discute em profundidade a obra de um recém falecido autor inglês, Herbert Quain. O olhar de Borges sobre a obra de Quain é marcado pela reverência, sendo evidente a tentativa do argentino em criar um texto capaz de não apenas sistematizar a poética do autor inglês como também incluí-lo de forma definitiva na tradição literária do século XX. O rigor crítico com que Borges discute as minúcias e ambiguidades tanto da vida como da obra de Herbert Quain subsidia uma argumentação que poucos teriam a tenacidade de refutar. Sim, Herbert Quain merece um lugar no cânone das letras, afirma Borges. Talvez com alguns percalços juvenis, como a insistência em uma complexidade formal que acaba por enebriar o desenvolvimento da imaginação criadora em suas primeiras obras, ou “su ejecución deficiente y la vana y frigida pompa de ciertas descripciones del mar” foram responsáveis pelas más vendas de seu primeiro romance. Entretanto, afirma o autor argentino, há que se dar o valor para a obra de Quain como um sistema. Para isso, Borges erige diagramas que discutem a estrutura experimental e regressiva da poética de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando vinculado ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da FABICO/UFRGS. Bolsista CNPq.

Quain, que utiliza a forma da história de detetive para afirmar o caráter sempre circular do ler e do escrever.

Nesse texto, Borges realiza um trabalho crítico de resgate e valorização de um autor recém falecido que, em sua visão, merece um reconhecimento maior que o alcançado em vida. O comentário elaborado por Borges, se publicado em um periódico de literatura, causaria pouco, quiçá nenhum, estranhamento. Afinal, seu texto possui a forma padrão da crítica literária. Dessa forma, o que surpreende de fato é o caráter ficcional de sua crítica. Pois, além do aviso tácito no título do livro, é preciso destacar que Herbert Quain é uma invenção. Jamais existiu propriamente como ser humano de carne e osso, jamais escreveu uma linha sequer, muito menos faleceu logo antes da revisão borgeana de sua obra.

Dizer que Herbert Quain é uma invenção de Borges, em realidade, é pouco. Pois, o modo como o autor Quain aparece no texto, sua forma propriamente dita, em nada se diferencia dos modos como escritores aparecem em trabalhos críticos. Apelar para a existência exterior, sua “realidade concreta”, é injusto com os leitores que não tem um conhecimento literário profundo. Se Herbert Quain é uma invenção textual, todo o autor retratado em crítica o é, ao menos do ponto de vista estrito da linguagem. Por isso o conto de Borges opera, ou pelo menos assim o vemos, a partir de um procedimento de desnaturalização: a não existência concreta de Herbert Quain é o que atesta sua posição em mesmo nível àqueles autores que efetivamente existem.

O que torna possível essa afirmação é justamente o uso de Borges das formas de linguagem pelas quais um determinado discurso (o de crítica literária, no caso) pode emergir. Ao utilizá-los de forma não tradicional - ou seja, ao tratar de um escritor que nunca viveu ou escreveu - o texto evidencia as condições específicas que sustentam tal discurso. A linguagem, os parâmetros de análise crítica, o estilo; tudo está como se “na nossa cara”, deixando evidentes as suas artificialidades.

Há um sistema de formação discursiva que regula tais formas, que nos faz identificar um determinado discurso como pertencente a uma tradição, campo de conhecimento, etc., apenas por suas formas de expressão. As relações de significação ( e no caso de Borges, de credibilidade) são historicamente construídas e estão expressas sempre na ordem do discurso.

O modo como Borges constrói seu texto é uma forma de deixar esse sistema de formação discursiva aparente, efetuando algo como um “discurso sobre o discurso”. Ele cria uma espécie de artificialidade em segundo grau, capaz de efetuar esse procedimento de

desnaturalização. Ao inventar uma crítica de uma obra jamais escrita, Borges evidencia que existem processos que garantem a existência dessa obra ao menos no plano formal da linguagem. Assim, a obra de Herbert Quain nos faz não apenas questionar o que efetivamente é uma obra literária, mas também compreender que existem processos que fazem com que o que nos soa como natural é um construto complexo e minucioso, quase invisível para o olhar descuidado, mas passível de descrição.

A ideia de um “discurso sobre o discurso” literário, tem sido tratada pela crítica sob o nome de metaficção. De acordo com Waugh, os textos metaficcionais, ou seja, aqueles que colocam o próprio processo de produção de ficções em seu plano de conteúdo, ambicionam evidenciar “that literary fiction can never imitate or ‘represent’ the world but always imitates or ‘represents’ the discourses which in turn construct that world” (WAUGH p. 100, 1984). Dessa forma, podemos pensar o conto de Borges como um texto que se constrói jogando com as convenções naturalizadas à respeito do sistema discursivo literário por um procedimento de auto-referencialidade, mostrando através da linguagem sua própria capacidade de referência interna e construção. Por isso, propõe-se no presente texto investigar como opera, textos que trabalham assumidamente numa perspectiva de auto-referencialidade, especialmente a partir do conceito de metalinguagem.

Para discutir auto-referencialidade e metalinguagem na literatura, podemos pensar inicialmente em Rimbaud, já em meados do século XIX, criando poemas que aludem à sua própria produção textual. Em “Delírios II - A alquimia do verbo”, o poeta francês escreve:

Inventava a cor das vogais! - A negro, E branco, I vermelho, O azul, U verde. Regulava a forma e o movimento de cada consoante, e, com ritmos instintivos, me vangloriava de ter inventado um verbo poético acessível, um dia ou outro, a todos os sentidos. Era comigo traduzi-los. Foi primeiro um experimento. Escrevia silêncios, noites, anotava o inexprimível. Fixava vertigens. (RIMBAUD, 1997, p.50)

Esse trecho, retirado da obra mais tardia de Rimbaud, refere-se no plano mais imediato a um de seus primeiros poemas, “Vogais”. Muito devido ao seu inovador estilo chamado de prosa poética, o início do trecho soa como se Rimbaud estivesse explicando o seu próprio processo ao escrever o referido poema, que inicia-se, justamente, por colorir as vogais. Entretanto, ainda dentro do comentário, Rimbaud evoca uma imagem fortemente poética, que se descola da forma de um comentário e assume sentidos próprios. O movimento operado por Rimbaud aqui é duplo: cria um poema que refere-se a sua própria produção e os modos como desenvolve o processo da criação (“regulava a forma e o

movimento de cada consoante”), utilizando-se também de uma linguagem poética que evoca os mesmos efeitos, ao mesmo tempo em que cria novas camadas de significação para o poema-objeto (“Escrevia silêncios, noites, anotava o inexprimível”). Não admira, portanto, que se utilize a expressão de “metalinguagem” para descrever o movimento operado pelo poeta. Afinal, é um poema que se dobra por sobre outro poema, descrevendo-o de certa maneira, utilizando semelhante linguagem.

O caso de Rimbaud é exemplar de um processo de auto-referencialidade sobre sua própria produção, ainda dentro dos domínios da escrita simbólica e conotativa. Poderíamos também chamar atenção a uma tendência da qual não faltam exemplos de poemas ou textos que referem-se a outros textos, não necessariamente produzidos pelos seus próprios autores, num movimento da chamada intertextualidade. A obra de T.S. Eliot é exemplar nesse sentido, sendo tratada por Affonso Romano de Sant'anna como uma espécie de “estética do palimpsesto”:

[Eliot] compõe textos derivados de outros textos, que dialogam intertextualmente com a tradição literária ou popular. O palimpsesto é isso: é o nome dado àqueles pergaminhos e tabuinhas de cera onde se escrevia e se apagava o texto para que outro texto fosse escrito. Mas por trás do novo texto grafado, ficavam sempre camadas dos textos escritos/lidos anteriormente. Então, o que estou chamando de modernos autores de palimpsestos são aqueles que dialogam claramente com a tradição, presentificando-a em seu discurso. (...) Com nossos contemporâneos, as citações viram apropriações. O texto se torna espesso e há que se fazer uma arqueologia para desenterrar significações muitas. (SANT'ANNA in. ELIOT, 2014 p.12).

Em Eliot, nota-se uma diferente forma daquilo que poderia ser tratado de metalinguagem, referindo-se não diretamente a sua própria produção, mas sim a tradição literária como um todo, traduzida em seus poemas através de citações. Dizemos metalinguagem pois, necessariamente ao introduzir um fragmento proveniente de outro texto num poema, Eliot alude a sua constituição como linguagem e também a sua significação, tanto no contexto original, quanto agora reformulada. Sant'anna chama atenção para essa característica propriamente intertextual da obra de Eliot, onde a interação entre diferentes textos provenientes de diferentes lugares são acumulados em um espaço determinado, o poema.

Tanto Rimbaud com sua auto-referencialidade e Eliot com sua intertextualidade estão referindo-se diretamente a textos específicos, do qual se utilizam em sua poética como forma de referência ou comentário. Entretanto, poderíamos também identificar uma chamada “forma metalinguística” de outra natureza, que não alude especificamente a textos

ou obras específicas, mas sim a gêneros ou escolas estilísticas de produção literária. Um exemplo, talvez o mais canônico de todos, é o primeiro dos romances, Dom Quixote, de Cervantes. Na trama, Dom Quixote, um entusiasta das histórias de cavalaria, decide ele próprio engajar-se numa aventura de capa e espada. Cervantes, dessa forma, tece um tratado sobre a forma pela qual tais aventuras são formadas literariamente a partir do modo como Dom Quixote interpreta o mundo. Ou seja, há uma forte referência aos modos como a ficção opera, não de um determinado texto específico, mas sim de um conjunto de obras que dão forma a um gênero. Essa tendência paródica e irônica - identificada de forma muito evidente nos textos paródicos pós-modernos de autores como Paul Auster, Roberto Bolaño, Thomas Pynchon, etc. - efetiva-se apenas nessa relação estabelecida entre a linguagem de um determinado conjunto de textos e sua apropriação em outro, que de certa forma desvela seus mecanismos internos e formas de produção de sentido.

Com esses três exemplos ainda estamos em território bastante seguro. Está, de certa forma, evidente a sua posição metalinguística, especialmente pelo fato de que todos os textos utilizam outros textos no seu plano de conteúdo, referindo-os diretamente. Poderíamos pensar em outras formas de metalinguagem que dariam conta de um referência formal a outros textos, como na obra de Ezra Pound ou James Joyce, por exemplo. Entretanto, tal problematização seria da mesma natureza, no sentido que há uma existência “anterior” de um determinado texto ou conjunto de textos o qual é referido, seja no plano da expressão ou do conteúdo.

A problematização que nos interessa discutir nesse texto é de ordem um pouco diversa, expressa pela obra do autor Jorge Luis Borges. O conto de Borges, analisado do ponto de vista da metalinguagem, nos coloca em uma posição diferenciada em relação aos exemplos anteriores. Pois, se usamos a sua acepção corrente e simplificada, a metalinguagem é uma linguagem que trata analiticamente de uma linguagem-objeto. Uma de suas formas mais correntes é, justamente, a análise de um trabalho de linguagem, como, por exemplo, a obra de um autor, como crítica ou discussão. Borges nos coloca em xeque quando utiliza-se da “forma” do comentário metalinguístico sem haver uma linguagem-objeto determinada, ou sequer existente. Poderia esse conto de Borges ser tratado como um conto metalinguístico? Sem dúvidas, ele opera num nível muito diferente dos exemplos anteriores, sem precisar nem citar as formas de conhecimento ou comentário tradicional. Existiria uma metalinguagem sem uma linguagem-objeto determinada? ou, existira uma “forma-metalinguagem” capaz de aludir a uma obra inexistente? e qual a natureza dessa

linguagem-objeto criada a partir da metalinguagem? são as problemáticas que esse conto de Borges nos propõe, e para tentar explorá-las, é necessário realizar um percurso teórico que dê conta do conceito de metalinguagem tal como elaborado, tendo como horizonte essas problemáticas.

## **O CONCEITO DE METALINGUAGEM**

A concepção mais tradicional do termo metalinguagem, que refere-se a sua elaboração inaugural no domínio da lógica, versa sobre uma separação fundante entre linguagem-objeto e metalinguagem. Como afirma Flores, tal conceituação tem origem

no fato de a lógica propor um conceito de metalinguagem em termos de conhecimento epistêmico – fundado no mundo real –, cuja representação seria feita em consonância com o que nele existisse. Essa concepção baseia-se numa fratura metodológica imposta à linguagem, seccionada em duas partes: linguagem-objeto e metalinguagem (descrição). A linguagem-objeto seria julgada veraz se correspondesse a uma verdade externa a si mesma, um critério superior e acima da própria linguagem. Assim, linguagem e metalinguagem foram dissociadas e a linguagem ficou sob a tutela da metalinguagem. (FLORES, 2011, p. 245)

A metalinguagem, nessa aceção, seria uma forma de utilização da linguagem de modo a referir-se analiticamente a uma determinada linguagem-objeto. Inicialmente, podemos compreender o papel da metalinguagem como capaz de descrever um dado conjunto ou sistema de signos linguísticos e o seu modo de operação. Num exemplo corriqueiro, a metalinguagem seria capaz de descrever a gramática de uma determinada língua natural para um não-falante dessa língua, um estudante brasileiro da língua inglesa. Nesse caso, a distinção entre metalinguagem e linguagem-objeto seria da ordem da correlação entre signos diversos com o intuito do estabelecimento de uma dada permutação entre dois sistemas distintos. O estudo de uma língua estrangeira, portanto, seria um exercício de metalinguagem, onde - nesse caso - português seria a metalinguagem da linguagem-objeto inglês. A validade do conjunto metalinguístico, tal como proposto pela lógica, se daria pela aferição da troca de um dado signo - a palavra *house*, por exemplo - com seu referente no “mundo real” - casa, em português, que designaria o mesmo objeto.

Entretanto, a distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem não se limita a sistemas de linguagem distintos, como no caso de diferentes línguas naturais. Pois, como é evidente, uma determinada língua natural também possui uma estrutura de funcionamento interna, a qual é passível de tornar-se objeto de estudo. Dessa forma, quando me refiro em português sobre a forma da língua portuguesa, ao, por exemplo, problematizar sua estrutura frasal, estou também realizando um exercício metalinguístico. A questão torna-se um tanto

mais complexa, pois a diferenciação entre linguagem-objeto e metalinguagem não é mais tão evidente, pois o mesmo sistema de signos (a língua portuguesa) demonstra que possui uma capacidade auto-reflexiva, capaz de falar de si mesma. Essa capacidade se expressa num plano cotidiano, quando perguntamos o significado de uma palavra, ou se é pedido para reformular uma determinada frase. Nesses casos, a metalinguagem assume uma posição de compreensão imediata da linguagem, algo como uma metalinguagem natural. Dessa forma, todo ato comunicativo necessita, em algum nível, de uma dada competência metalinguística: “A metalinguagem natural ou competência metalinguística é parte integrante de nossas atividades lingüísticas habituais, seja na aquisição da língua materna, ou de qualquer língua, seja para o funcionamento normal do discurso.” (NASCIMENTO, 1990 p. 115)

A parte desse uso cotidiano, da auto-reflexividade da linguagem decorre a possibilidade de uma análise metalinguística mais refinada, no sentido de que, se a língua portuguesa pode ser linguagem-objeto de uma metalinguagem na mesma língua, o que impede dessa metalinguagem ser tornada, ela própria, linguagem-objeto para uma metalinguagem em segundo grau? Essa operação de tornar a análise de uma determinada linguagem em objeto de uma “segunda” metalinguagem é o que torna a metalinguagem um valioso instrumento para o conhecimento científico, senão o instrumento científico por excelência. Apesar de o conceito de metalinguagem ter em sua concepção uma relação próxima com a ideia epistêmica da dualidade “mundo/representação”, onde a linguagem-objeto seria um termo mediador cuja validade seria atestada pela metalinguagem, o conceito também dá vazão para a dissolução dessa dualidade. Como atesta Nascimento,

a noção de metalinguagem elimina a necessidade de se estabelecer um vínculo entre língua/mundo. Para o estudioso de língua, essa relação falaciosa deixa de ser pertinente e é substituída pela relação língua-objeto/metalinguagem. O que se impõe no estudo do sentido é a própria linguagem, não o "objeto", a "realidade do mundo" — fatores extralinguísticos —, mas fatos lingüísticos, linguagens (NASCIMENTO, 1990, p.117)

Aqui há um rompimento na aceção estritamente lógica da operação da metalinguagem. Pois, como visto na citação, ela deixa de ser um instrumento para aferir a “verdade” de uma relação entre mundo-representação (no caso, mundo e língua) para tornar-se um instrumento de investigação dos modos pelos quais o mundo é construído a partir da linguagem. Dessa forma, a metalinguagem pode ser considerada como um nível para a produção do conhecimento, posicionado logo acima da chamada linguagem-objeto (BENTZ, 1974). Há o mundo recortado pela linguagem, que torna-se objeto de investigação

científica ao se operar uma dobra, não sobre o mundo em si, como se o mundo existisse e a linguagem dele falasse, mas sim sobre a própria linguagem que recorta o mundo. Esse nível de conhecimento seria o nível intermediário entre a investigação e o método científico (BENTZ, 1974), a metalinguagem.

Tendo isso em vista, o conceito de metalinguagem se expande. Como vimos anteriormente, a metalinguagem dá conta não apenas de uma linguagem que versa sobre outra linguagem, mas também sobre a capacidade cognitiva de auto-reflexividade da própria língua, presente em nossas ações diárias, e como instrumento científico e nível de conhecimento do processo da investigação, iniciado pela linguagem, passando por metalinguagem, método e epistemologia.

Pensar por essa perspectiva, nos leva a afirmar o papel da metalinguagem como um instrumento capaz de mapear os modos como circulam e se articulam os sentidos, o que, notadamente, transcende a esfera da investigação estritamente linguística. Como chama atenção Flores,

o papel da metalinguagem é buscar resolver dificuldades de entendimento, sanar dúvidas, detalhar informações, situar espaço-temporalmente os eventos, em suma, tratam de precisar sentidos. E, sem dúvida, esse conceito não interessa somente à linguística, ou à linguagem ordinária. A reflexão concernente à significação da linguagem é decisiva para entender como se estruturam as relações sociais e como é produzido o conhecimento em qualquer instância social, área de estudos, ou ciência” (2011, p. 246)

Podemos seguir os passos de Flores quando ressalta que os modos de articulação da linguagem não são redutíveis a sua dimensão estritamente “linguística”. A metalinguagem, como termo mediador existente em qualquer ato comunicativo, possui uma existência que não é imutável, é formada (e enformada) por determinadas relações de ordem histórica e social, sem que se apele a uma espécie de concretude do mundo. A produção de conhecimento, que necessariamente é atravessada por uma atividade metalinguística, possui em si um caráter transformacional, que valida ou invalida posições, instaura regimes de visibilidade ou dizibilidade, regulamentando a criação do ambiente comunicativo no qual estamos inseridos. Não seria um exagero compreender que as diferentes instâncias de mapeamento do conhecimento tal como empreendida por Michel Foucault em “As Palavras e as Coisas” é um estudo de diferentes configurações de metalinguagem, sendo seu próprio trabalho uma metalinguagem em segundo nível. É esse nível de compreensão do conceito de metalinguagem que merece problematização, no sentido que sua operação não se limita a uma mera descrição e comentário, mas sim a uma prática também política cujos limites são sempre difusos. Poderíamos dizer que uma metalinguagem com sua pretensão de descrição



de uma determinada linguagem já é, por ela própria, também enformada por outras tantas metalinguagens, ainda que não aparentes. Ignorar tal fato é crer numa transparência não apenas da linguagem como também de seu estudo ou descrição, fato esse que é de certa forma velado no conceito de metalinguagem tal como proposto pela lógica.

Como afirma Flores, não há uma assepsia ou desinteresse seja na construção do conhecimento, seja na posição pela qual seria possível apreender uma dada realidade. A metalinguagem é muito menos (ou muito mais) um instrumento de negociação de sentidos e a forma pela qual eles transitam, transformam-se, agem e determinam a nossa compreensão do mundo. Tanto no conceito quanto em sua operacionalização, há conflitos e disputas cujo sentido determinam, mais ou menos, a posição tomada ao se tratar da investigação. Flores conclui seu artigo, afirmando não apenas esse conflito constitutivo à respeito do conceito de metalinguagem (esse conflito, ele próprio, metalinguístico), como também irá problematizar ainda outro aspecto de formulação. Se antes já havíamos questionado a dicotomização entre mundo-linguagem ou realidade-representação, Flores tenta abalar a dicotomia que foi posta em seu lugar pela lógica, constitutiva e fundante do conceito de metalinguagem:

Do confronto de posições, infere-se a complexidade conceitual existente, pois qualquer coisa que se possa dizer, ou escrever, envolve metalinguagem. *Além do que, não há como estabelecer uma fronteira nítida entre linguagem e metalinguagem a não ser metodologicamente, pois a metalinguagem se manifesta tanto através da autonomia, quanto do emprego de termos metalinguísticos.* Em suma, apesar da lógica ter estabelecido uma cisão, aparentemente, nítida entre linguagem e metalinguagem, a demarcação é ilusória. A divisão da linguagem na chamada linguagem-objeto e na linguagem de descrição ou metalinguagem pressupõe a existência de um lugar fora da linguagem, um tipo de mentalês. Contudo, quanto mais se investiga, mais se percebe que aquilo que, na verdade, se faz, resume-se a apoiar cada vez mais na capacidade auto-explicativa da linguagem.” (FLORES, 2011, p.252, grifo nosso)

A ideia central proposta pelo autor aqui é de que a distinção entre metalinguagem e linguagem-objeto é ilusória, ainda que metodologicamente ela seja válida. Levar ao limite essa distinção criaria a necessidade da hipótese de um mentalês, ou um fora da linguagem, que ocuparia uma posição de origem da discussão metalinguística. Tal hipótese há muito vem sendo discutida (e rechaçada) no âmbito da teoria da linguagem, mais especificamente no que concerne aos estudos semióticos. Entretanto, o conceito de metalinguagem é de uso corrente nesses estudos, ainda que sua aplicação deixe de lado o conceito de linguagem-objeto e concentre-se mais na interação entre distintos sistemas de signos, sejam eles formalizados ou dispersos.

## **METALINGUAGEM E SEMIÓTICA**

Uma problematização importante destas questões é retomada pelo semioticista dinamarquês Hjelmslev (1975), especialmente quando discute a existência de três semióticas distintas em seu sistema. Uma semiótica seria formada pela relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo, e quando tais planos não referem-se imediatamente a outras semióticas trata-se de uma semiótica denotativa, tal como a língua natural. As semióticas conotativas dariam conta de sistemas de signos que em seu plano de expressão já há uma semiótica, como a literatura, que se utiliza da língua natural para dar conta de relações com o conteúdo que não se dão numa significação imediata. Já as semióticas que em seu plano de conteúdo possuem uma semiótica, ou seja, que referem-se expressivamente a um conjunto determinado de signos de linguagem, são as chamadas semióticas metalinguísticas ou metassemióticas.

A noção das três semióticas abre a possibilidade de se pensar a metalinguagem fora da dimensão dual que comporta a existência da linguagem-objeto. Pois, ainda que no sistema de Hjelmslev haja uma distinção entre semiótica denotativa, conotativa e metassemiótica, mesmo a língua natural opera por códigos que não são estáveis, como vimos anteriormente, dificilmente sendo possível compreendê-la em uma espécie de “grau zero” ou pureza. A língua, ou as semióticas, são sistemas passíveis de transformação histórica, e as eventuais transformações operadas por semióticas “mistas”, como a conotativa ou as metassemióticas, afeta o estado da língua natural, jamais ocupando um espaço de mero estudo ou análise, mas sim abrindo possibilidades de significação para o sistema “inicial”. Pensar a metalinguagem em termos semióticos permite entrever a dimensão de contínua transformação da linguagem, onde todas as suas operações criam um somatório de significação instável, cujos potenciais são continuamente atualizados.

Dado o desenvolvimento dessa perspectiva, pode-se afirmar que todo sistema de signos ou linguagem já é um sistema misto, que sempre significa em relação a um conjunto de outros sistemas. Pensar em uma semiótica que não possua outra semiótica em seu plano de conteúdo ou de expressão apenas funciona como demarcação metodológica temporária. Ou seja, pode-se afirmar que a poesia de Rimbaud é uma semiótica conotativa pois utiliza-se da língua francesa para criar relações metafóricas, como afirmar que “registra silêncios”. Entretanto, a citação aqui referida está traduzida na língua portuguesa. Rimbaud utiliza-se da língua francesa no plano de expressão para referir-se a conteúdos metafóricos. O tradutor do poema necessariamente usa a semiótica denotativa (língua francesa) e a conotativa

(poesia de Rimbaud), em um primeiro momento, como plano de conteúdo da língua portuguesa para dar conta de relações de substituição, operando assim uma metassemiótica. Entretanto, ainda que tenhamos usado a língua francesa como semiótica denotativa, seria possível operar esse tipo de análise tendo em vista o francês pré-Rimbaud e o francês pós-Rimbaud, notando que certas operações realizadas em sua poesia transformaram a própria constituição da língua e seus processos de significação. Dessa forma, o próprio francês operaria como uma metassemiótica do francês, jamais podendo marcar um ponto determinado ou origem de uma suposta linguagem-objeto. Como bem destaca Hjelmslev,

a fim de estabelecer uma situação-tipo simples, trabalhamos supondo que o texto dado apresenta uma homogeneidade estrutural e que, legitimamente, só podemos nele introduzir, por catálise, um único sistema semiótico. No entanto, esta suposição não resiste a um exame; pelo contrário, todo texto, se não for reduzido demais para constituir uma base suficiente de dedução do sistema generalizável a outros textos, habitualmente contem derivados que repousam em sistemas diferentes. (1975, p. 122)

Da posição de Hjelmslev é preciso destacar duas questões. A primeira, refere-se especificamente a questão de que, apesar de todo o sistema semiótico ser misto e passível de ser compreendido em sua dimensão metassemiótica, tal dimensão da linguagem não pode ser dissociada de um caráter operatório e metodológico. Pois, se toda a linguagem é, em algum nível, também metalinguagem, tal diferenciação seria inútil do ponto de vista analítico. A questão levantada por Hjelmslev é de que é preciso destacar de um texto semiótico um determinado sistema capaz de operar, numa relação analítica, como metassemiótica. Por isso a dimensão fortemente estrutural e metodológica que subjaz a relação entre os diferentes sistemas.

A segunda ressalva a ser feita, refere-se aos modos pelos quais uma análise de linguagem pode operar sendo um dos termos uma metassemiótica. Ainda que Hjelmslev limite a sua sistematização a três tipos de semióticas, ele aponta (ainda que não desenvolvida) uma relação entre sistemas complexo, onde esses diferentes graus de uso da linguagem se interpenetram, formando assim semióticas denotativas, conotativas e metalinguísticas ao mesmo tempo. Cabe destacar, entretanto, que tal mapeamento se dá no nível do texto e não necessariamente no nível do sistema. Como bem expõe o autor:

Torna-se imediatamente evidente que uma metassemiótica pode e deve ser acrescentada a semiótica conotativa a fim de aí realizar a análise de seus objetos últimos. Assim como a metassemiologia das semióticas denotativas tratará na prática os objetos da fonética e da semântica sob uma forma reinterpretada, a maior parte da linguística propriamente sociológica e a linguística externa de Saussure encontrarão na metassemiótica das semióticas conotativas o seu lugar sob uma forma, ela também, reinterpretada. Cabe a esta metassemiótica analisar os múltiplos

sentidos do conteúdo - geográficos e históricos, políticos e sociais, religiosos, psicológicos. (...) Pode-se prever que inúmeras ciências especiais e antes de mais nada, sem dúvida, a sociologia, a etnologia e a psicologia, deverão trazer aqui sua contribuição. (1975, p. 129)

Tendo em vista essa colocação de Hjelmslev, é importante ressaltar a re-interpretação efetuada por Barthes na construção de modelos textuais que dêem conta das relações entre diferentes sistemas semióticos. Em *Elementos de Semiologia* (1971), Barthes irá apontar para a construção de formas diagramáticas que colocam em relação a dinâmica interna dos sistemas semióticos hjelmslevianos para textos cuja constituição é mista. Barthes irá caracterizar a relação entre plano de expressão e plano de conteúdo de uma semiótica denotativa como ERC, onde E está para a expressão, C para o conteúdo e R para a relação entre esses dois planos, compondo assim uma semiótica. A forma mais básica para uma semiótica conotativa - um poema, por exemplo - assume a configuração (ERC)RC, onde a semiótica denotativa assume a posição do plano de expressão - a língua portuguesa, por exemplo. Já as metasemióticas teriam a configuração ER(ERC), onde no plano do conteúdo estaria contida uma dada semiótica denotativa. Essa formalização inicial dá conta dos sistemas semióticos já elaborados por Hjelmslev. Entretanto, a partir dessa composição pode-se montar estruturas mistas que não se reduzem a apenas uma determinada semiótica. Já é possível entrever aqui, ainda que de forma tímida, um deslocamento proposto por Barthes em relação às pretensões da semiologia tradicional: atenção à constituição do texto como um sistema misto e o seu mapeamento de significação em vez da tentativa de delimitar uma totalidade estrutural subjacente a um sistema geral da língua.

É por essa questão que torna-se possível a montagem formal de sistemas semióticos mistos, que não são redutíveis às categorias semióticas elaboradas por Hjelmslev. Há, na obra de Barthes, ainda que em estágio inicial, já uma indicação da constituição instável e sempre passível de reelaboração do texto, capaz de fazer variar as estruturas fundantes da língua, e detentora de autonomia. Por isso, Barthes irá afirmar a pertinência do conceito de metalinguagem como instância que dá a ver, no nível do texto, sua estruturação auto-reflexiva e autonímica:

A noção de metalinguagem não deve ficar restrita às linguagens científicas; quando a linguagem articulada, em seu estado denotado, se incumbe de um sistema de objetos significantes, constitui-se em "operação", isto é, em metalinguagem: é o caso, por exemplo, do jornal de moda que 'fala' as significações do vestuário; caso todavia ideal, pois o jornal não apresenta de ordinário um discurso puramente denotado; temos então aqui, para terminar, um conjunto complexo em que a linguagem, em seu nível denotado, é metalinguagem, mas onde essa metalinguagem, por sua vez, é extraída num processo de conotação. (1971, p. 96)

Essa colocação de Barthes refere-se à possibilidade de não apenas posicionar uma dada semiótica conotativa no plano do conteúdo de uma metassemiótica, como também utilizar a metassemiótica ela própria como semiótica conotativa. É o que aponta Hjelmslev na citação anterior, quando expõe que a operação metassemiótica daria abertura a uma infinidade de “ciências especiais”. Pois, se temos um sistema denotativo ERC que é utilizado como expressão de um outro sistema - literatura, por exemplo - temos a forma (ERC)RC. Um procedimento de análise desse sistema, no sentido estritamente metassemiótico, teria de utilizar essa constituição como seu conteúdo, dando forma a um sistema misto do tipo ER[(ERC)RC]. Essa formalização metassemiótica de análise seria uma “ciência especial”, nos termos de Hjelmslev, que se dedicaria ao estudo de uma semiótica conotativa como a literatura. Pois, como chama atenção Barthes, a metassemiótica não é uma operação limitada a análise de “linguagens científicas”, tal como a língua natural de sistema denotativo ERC. Entretanto, cabe notar que tal arranjo não mais obedece a estrita classificação tríptica tal como proposta por Hjelmslev. É um sistema tanto denotativo, como conotativo e metassemiótico.

Por isso, não aparece como surpresa as considerações de Barthes em *Crítica e Verdade* quando se debruça sobre o fazer da crítica, classificando-a como uma atividade metalinguística: “a crítica é um discurso sobre um discurso; é uma linguagem segunda ou metalinguagem que se exerce sobre uma linguagem primeira” (2009, 160). A crítica, do seu ponto de vista formal, obedeceria ao esquema ER[(ERC)RC]. Tal seria, em uma primeira análise, a formalização de um texto operatório do tipo crítica literária. Nota-se que a crítica não possui uma pretensão que se coloca como exterior a um dado sistema: constitui-se ela própria da mesma articulação interna entre expressão e conteúdo que é presente no texto analisado. Ontologicamente, a diferenciação é nula; cabe à crítica uma posição operacional e pragmática, de agir sobre o texto.

Entretanto, e aqui devemos retomar os casos apresentados inicialmente nesse texto, deve-se notar que se não há diferença ontológica entre o texto “crítico” e o texto “criativo” do ponto de vista semiótico, a operação metalinguística irá sempre estar potencialmente contida em qualquer manifestação da linguagem, assim como as semióticas da qual se refere. A forma mais básica de uma operação metalinguística para Barthes é ER(ERC), podendo assumir, no caso da crítica literária (ou outras ciências especiais), a forma ER[(ERC)RC], nada impede que tal operação seja realizada ela própria dentro do domínio da linguagem simbólica ou conotativa, podendo ser esquematizada como

(ERC)R[(ERC)RC]. Tal operação é o movimento realizado pela poesia de Rimbaud e Eliot, referidos acima, e também da obra de Cervantes. A obra desses autores utiliza-se de uma semiótica conotativa para referir-se criticamente a outra semiótica conotativa, seja sobre a própria produção de sua poesia, a fortuna da tradição ou a um gênero literário.

Resta a obra de Borges, e a sua utilização da forma crítica literária para aludir a textos inexistentes. A articulação até aqui da reflexão teve como horizonte essa problemática: haveria a possibilidade de um texto ser caracterizado como metalinguístico se sua linguagem-objeto não for delimitada, ou sequer existente? A guinada em direção a uma compreensão semiótica do conceito de metalinguagem já nos livra de refletir sobre a dualidade linguagem-objeto/metalinguagem. O que há são sistemas mistos, que metodologicamente podem ocupar posições diversas no procedimento de análise de acordo com sua operacionalidade. Ou seja, ainda que o texto de Borges não fizesse referência explícita a um movimento de comentário, ainda poderia ser posicionado numa relação de metalinguagem. Entretanto, o texto movimenta-se formalmente nessa direção, utilizando como artifício ficcional justamente os mecanismos que nos permitem reconhecer, em primeira análise, o que poderia ser uma operação metalinguística evidente. Ou seja, ele se utiliza de uma dada estrutura textual recorrente de crítica no plano formal de seu texto, que Barthes caracterizaria como ER[(ERC)RC]. Pode-se dizer que Borges está apropriando a “forma” tradicional de um sistema metassemiótico e utilizando-a como gatilho expressivo do seu texto.

Mas a manifestação mais evidente do conto, e que garante a sua posição de ficcionalidade, é, sem dúvidas, a inexistência da obra de Herbert Quain. Borges está afirmando com seu texto nada mais que a própria constituição instável da linguagem enquanto sistema auto-reflexivo. Se assumimos que há uma ordem de sistemas semióticos não-formalizados enquanto texto, tais sistemas só assumem sua existência concreta enquanto mapeados através de diferentes ordens de metalinguagem, tal como as epistemes foucaultianas. Aferir-se a uma dada “existência” concreta da linguagem-objeto é perder o ponto que a linguagem-objeto só passa a existir a partir de sua formalização em outras linguagens, na própria proliferação auto-reflexiva da língua. Ou seja, o movimento que Borges evidencia não é mais que afirmar que a linguagem-objeto, ou os sistemas semióticos que operam como conteúdo ou expressão de outras semióticas, só assumem sua posição de existente a partir dessa utilização. Os sistemas não existem em si: são operações que formam e são formadas pela própria capacidade da linguagem de fazê-lo. Todo sistema

seria, nas palavras de Deleuze, uma casa vazia, uma obra literária não-formalizada por um autor inglês jamais nascido.

Seja Rimbaud, Eliot ou Herbert Quain, cabe às operações a eles atribuídas a existência de seus sistemas. Sem transcendência do autor de carne e osso e da obra na biblioteca, restam apenas os rastros de uma metalinguagem porvir e a insistência criadora da escritura.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BENTZ, Ione. **Metacomunicação**. Bento Gonçalves: Fervi Publicações, 1974.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficciones**. Buenos Aires: Planeta DeAgostini, 2010.
- ELIOT, T.S. **Poesia**. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.
- FLORES, Onici Claro. **(Meta)Linguagem**, in. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.14, n.1, ps. 243-261, 2011.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- NASCIMENTO, Edna Maria F.S. **Metalinguagem Natural e Teoria da Linguagem**. in. *Alfa*, São Paulo, v.34, ps. 115-120, 1990.
- RIMBAUD, Arthur. **Uma Temporada no Inferno**. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Apresentação*. in. ELIOT, T.S. **Poesia**. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.
- WAUGH, Patricia. **Metafiction**. New York: Routledge, 1984.